UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITO DO
CONSUMIDOR

LUCIANA BERGMANN RASCHE

**A ÁGUA COMO OBJETO DE DIREITO DE USO ONEROSO E A
IMPOSSIBILIDADE DA SUSPENSÃO DO SEU FORNECIMENTO**

Porto Alegre
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITO DO
CONSUMIDOR

LUCIANA BERGMANN RASCHE

**A ÁGUA COMO OBJETO DE DIREITO DE USO ONEROSO E A
IMPOSSIBILIDADE DA SUSPENSÃO DO SEU FORNECIMENTO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Direitos Fundamentais e Direito do Consumidor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista.

Orientador: Fernando Costa de Azevedo

Porto Alegre
2011

Dedico este trabalho, de maneira muito especial, aos meus pais, que acompanharam a conclusão de mais esta etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS:

A Deus, acima de tudo, pela vida, força e coragem.

Ao Professor Fernando, por me passar confiança e pela competente orientação.

Agradeço também, aos demais professores que me acompanharam nesta etapa e que muito contribuíram para o meu conhecimento, não apenas como professores, mas também como amigos.

*“O princípio da democracia corrompe-se
quando se perde o espírito da igualdade.”*
Montesquieu

RESUMO

A água é um bem de uso comum do povo, sendo bem necessário para a sobrevivência humana. Entretanto, trata-se de objeto de título oneroso. Assim, embora essencial para a permanência da vida na Terra, sabe-se que é um recurso natural limitado e, portanto, apesar de ser direito o seu uso, este deve ser regulado pelo Estado, como bem de domínio público. Ainda, salienta-se que o direito de uso deste recurso natural por terceiros advém da conveniência e da oportunidade administrativa de delegar a outrem a gestão deste bem de domínio público.

Palavras-chave: Água. Bem essencial. Direito do consumidor.

ABSTRACT

Water is a commodity of common use, and very necessary for human survival. However, it is an object of consideration. Thus, although essential to the permanence of life on Earth, we know that is a limited natural resource and therefore, despite being entitled to its use, it should be regulated by the state as a public good. Still, it is noted that the right to use this natural resource by others stems from the convenience and opportunity to delegate to others the administrative management of the public good.

Keywords: Water. Commodity. Consumer rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 SERVIÇO PÚBLICO	10
1.1 CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO	10
1.2 SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL.....	13
1.3 INTERRUÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	15
2 DIREITOS E RESPONSABILIDADES.....	20
2.1 DIREITOS E DEVERES DO CONSUMIDOR/USUÁRIO.....	20
2.2 RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS CONCESSIONÁRIAS	23
2.3 RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS	27
3 VISÃO JURISPRUDENCIAL	31
3.1 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	31
3.2 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	33
3.3 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	41
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é abordar acerca da impossibilidade de interrupção/suspensão no fornecimento da água aos consumidores.

O problema a ser analisado inicia-se, efetivamente, no âmago do princípio da dignidade da pessoa humana, abrangendo a necessidade do fornecimento da água potável a toda a população, ao passo que cumpre ao Estado garantir a continuidade no seu fornecimento.

Ainda, a abordagem deste tema se justifica, devido ao elevado número de casos, existentes atualmente, de suspensão ou corte no fornecimento da água, considerando que as empresas prestadoras do serviço, diga-se de passagem, devidamente autorizadas pelo Estado, ao invés de proceder na cobrança dos valores, porventura devidos e não pagos pelos consumidores, procedem na suspensão indevida de bem essencial.

Ora, desnecessário descrever acerca da essencialidade da água potável, diante da obviedade quanto a impossibilidade da sobrevivência na Terra sem tal bem. Assim sendo, trata-se a água de um direito da população, ou melhor, de qualquer cidadão, direito este que deve ser resguardado pelo Estado, garantindo que princípios presentes na Carta Magna, como a própria dignidade da pessoa humana, sejam devidamente cumpridos pelas concessionárias.

Por isso, necessária a intervenção estatal, a fim de garantir a continuidade na prestação deste serviço público, ora prestado pelas concessionárias fornecedoras da água.

Ademais, analogicamente ao que ocorre na da Assistência Judiciária Gratuita, penso que, hipossuficiente o consumidor, sendo direito deste e dever do Estado em garantir o fornecimento, havendo esta comprovação, pode à concessionária, considerando o direito desta à contraprestação ao serviço prestado, cobrar os valores devidos pelo consumidor do próprio Estado.

Desta maneira, no primeiro capítulo serão enfocados os conceitos de serviço público, serviço público essencial e a impossibilidade da suspensão do fornecimento.

No segundo capítulo do trabalho, por sua vez, serão abordados os direitos dos consumidores, a responsabilidade objetiva das concessionárias, bem como argumentos no sentido de responsabilidade do Estado pelos pagamentos à concessionária, em casos de consumidores comprovadamente hipossuficientes.

Por fim, com o objetivo de enriquecer o estudo, o terceiro capítulo trará algumas conclusões acerca de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio grande do Sul, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

1 SERVIÇO PÚBLICO

1.1 CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO

Com efeito, trata-se de serviço público todo aquele prestado pela administração pública ou por terceiro que lhe faça às vezes, sempre em observância aos interesses da coletividade.

Neste sentido, Hely Lopes Meirelles deixou o seguinte conceito:

Serviço Público é toda aquela prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniência do Estado.¹

De igual forma, ensina José dos Santos Carvalho Filho:

Conceituamos serviço público como toda *atividade* prestada pelo Estado ou por seus delegados, basicamente sob o regime de direito público, com vistas a satisfação de necessidades essenciais e secundárias da coletividade.²

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Celso Antônio Bandeira de Mello conceitua:

Serviço público é toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material fruível diretamente pelos administrados, prestados pelo Estado ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de direito público – portanto consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais – instituído pelo Estado em favor dos interesses que houver definido como próprios no sistema normativo.³

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 297.

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999. p. 217.

³ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 648.

No mesmo diapasão, Maria Sylvia Zanella di Pietro⁴ (2003, p. 98) conceitua serviço público como "toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público".

Ainda, no entendimento de Marçal Justen Filho, serviço público pode ser definido como:

Uma atividade pública administrativa de satisfação concreta de necessidades individuais ou transindividuais, materiais ou imateriais, vinculadas diretamente a um direito fundamental, destinada a pessoas indeterminadas e executadas sob regime de direito público.⁵

Assim, embora o conceito de serviço público tenha sofrido transformações, as quais não abrangeram o presente estudo, verifica-se que hoje as conceituações trazidas pelos doutrinadores, demonstram similitude, não havendo, portanto, controvérsias sobre a matéria.

Cumprido salientar, outrossim, a importância dos destinatários do serviço público prestado. Isso porque, diante do pesquisado, verificou-se que a população ou coletividade, destinatários desta prestação são os grandes e verdadeiros interessados na prestação efetiva e contínua dos serviços públicos, uma vez que tais serviços devem ser, efetivamente, prestados em benefício de toda a coletividade.

De outro lado, quanto à competência para a prestação dos serviços públicos, a Constituição Federal, em seu art. 175, dispõe que é da competência do Poder Público prestar serviços públicos à população. No entanto, ressalta-se que a referida prestação pode sim ser delegada, sempre através de devida licitação, sob o regime de concessão ou permissão, situação que importará em fiscalização dos serviços prestados.

⁴ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2003.

⁵ JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 487

Muitos são os serviços públicos, prestados pelo Poder Público, seja de forma direta ou indireta. E, feita tal consideração, pode-se destacar que o serviço público pode ser dividido em serviço público propriamente dito (privativos da Administração Pública, ou seja, só podem ser prestados pelo Poder Público), ou serviço público de utilidade pública (pode ser prestado diretamente pela Administração Pública ou por terceiro).

Como alguns exemplos de serviços públicos propriamente ditos (próprios) pode-se citar a preservação da saúde pública e serviços de polícia, ao passo que são serviços públicos de utilidade pública (impróprios) o transporte coletivo, fornecimento de energia elétrica, bem como da água, objeto da presente pesquisa.

Portanto, no que se refere ao estudo, ora abordado, sabido é que o fornecimento de água potável à população é considerado serviço público de utilidade pública. Tal prestação se dá, desta forma, por terceiro, no caso concessionária, devidamente autorizada pelo Poder Público, as quais oferecem o referido serviço.

Segundo o grande mestre, Hely Lopes Meirelles, os serviços públicos são classificados em próprios e impróprios. Quanto aos serviços públicos próprios o referido autor diz que:

se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público (segurança, polícia, higiene e saúde públicas etc.) e para a execução dos quais a Administração usa da sua supremacia sobre os administrados". Já os serviços públicos impróprios são "os que não afetam substancialmente as necessidades da comunidade, mas satisfazem interesses comuns de seus membros, e, por isso, a Administração os presta remuneradamente, por seus órgãos ou entidades descentralizadas (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações governamentais), ou delega sua prestação a concessionários, permissionários ou autorizatários.⁶

Desta forma, os serviços próprios só podem ser prestados pelo Poder Público, diretamente, usando o *jus imperii* sobre os administrados, mantidos pelos tributos gerais, quais sejam, os impostos; são os denominados serviços *uti universi*.⁷

⁶ MEIRELLES, 2003, p. 298.

⁷ Ibid., p. 299.

Os serviços impróprios, por sua vez, sem a nota da necessidade, mas da utilidade pública, quando não da essencialidade, atendem as conveniências da coletividade e da população, sendo colocados à disposição mediante utilização individualizada, mantidos através de taxa ou tarifa, as quais representam remuneração mensurável.

Portanto, o serviço de fornecimento de água, assim como de telefonia, energia elétrica são os chamados serviços *uti singuli*, ou seja, mantido por tarifa.⁸

Assim, pois, serviço público é toda atividade exercida pelo Poder Público, direta ou indiretamente, em benefício da população. E, neste aspecto, conforme dito, o serviço público, não prestado diretamente pela administração, poderá se dar através dos institutos da concessão ou permissão, através de licitação.

A concessão trata-se de um contrato, com prazo determinado, que transfere a execução do serviço público ao particular, o qual se remunerará através de tarifa cobrada do usuário. Já a permissão trata-se de ato administrativo precário, onde a administração transfere a execução e responsabilidade pela prestação do serviço público, mediante a respectiva remuneração.⁹

Por conseguinte, assim como os demais serviços, é de se ressaltar que uma vez implantados geram direito subjetivo à sua obtenção, sem discriminação, para toda população.

1.2 SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL

O Estado, diante dos Direitos elencados na Constituição Federal, tem o dever de garantir, aos cidadãos, uma vida digna, sob diversos aspectos, quais sejam, educação, saúde, saneamento básico, dentre outros. E, é neste ponto, que ingressa o fornecimento da água potável à população.

⁸ MEIRELLES, 2003, p. 299.

⁹ DI PIETRO, 2003, p. 101.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos da Água, esta "é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à vida, tal qual é estipulado do Art. 3º da Declaração dos Direitos do Homem."

Por sua vez, a essencialidade do serviço público remete-nos ao fato de que a sociedade não pode funcionar sem um mínimo de segurança pública. Reconhece-se, portanto, que há no serviço público de caráter essencial um aspecto de urgência, isto é, necessidade efetiva de sua prestação contínua.

Efetivamente, constata-se que inexistente legislação que indique quais serviços públicos são considerados essenciais.

Desta forma, analogicamente, utiliza-se a Lei n. 7.783, de 28 de junho de 1989, ou seja, Lei de Greve, a qual descreve no art. 10 um rol de serviços considerados essenciais. Veja-se:

Art. 10. São considerados serviços ou atividades essenciais:
I - Tratamento e abastecimento de água; Produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis.
II - Assistência médica e hospitalar;
III - Distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;
IV - Funerários;
V - Transporte coletivo;
VI - Captação e tratamento de esgoto e lixo;
VII - Telecomunicações;
VIII - Guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;
IX - Processamento de dados ligados a serviços essenciais;
X - Controle do tráfego aéreo;
XI - Compensação bancária.

Portanto, dúvidas não persistem no sentido de que o fornecimento da água é considerado como serviço público essencial, até porque impossível imaginar a sobrevivência dos seres humanos sem esta prestação de serviço.

É de se ressaltar, por sua vez, que a Constituição Federal dispõe acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, motivo pelo qual o consumidor não pode

encontrar impedimentos que dificultem o acesso aos serviços públicos, embora não prestados de forma direta pelo Estado, máxime em se tratando do fornecimento da água, bem essencial à vida, conforme já referido.

Ademais, conforme visto, os serviços públicos estão decisivamente vinculados aos princípios constitucionais e administrativos, como por exemplo, o princípio da boa-fé objetiva, o princípio da proporcionalidade, o princípio da razoabilidade, o princípio da continuidade, assim como o próprio princípio da dignidade da pessoa.

Neste ponto, importante trazer à baila, o ensinamento de Monica Spezia Justen:

O reconhecimento e o respeito ao acesso aos serviços de interesse geral implicam a proteção à dignidade da pessoa humana na medida em que a obrigação de garantir serviços universais está vinculada ao suprimento de necessidades vitais do ser humano. Algumas dessas necessidades demandam bens econômicos tais como a energia elétrica, a comunicação (telecomunicações e internet, mais modernamente) e o transporte. As necessidades vitais podem ser supridas pela garantia ao serviço mínimo, a que todos os cidadãos podem ter acesso. Ou seja, a dignidade da pessoa humana está sendo respeitada quando assegurado está o serviço universal.¹⁰

Desta forma, salienta-se que os princípios norteiam os serviços públicos, de modo que confirmam a essencialidade no fornecimento da água potável aos consumidores.

1.3 INTERRUPTÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

No caso do fornecimento de água, como já dito, trata-se de serviço de caráter essencial, prestado por empresa privada, mediante concessão pelo Poder Público, bem como sob pagamento de tarifa pelo usuário/consumidor.

¹⁰ JUSTEN, Monica Spezia. **A noção de serviço público no direito europeu**. São Paulo: Dialética, 2003. p. 231-232.

Entretanto, embora comprovada a essencialidade do serviço, verifica-se a existência de duas correntes acerca da (im) possibilidade da interrupção deste, e, ao que parece, muita controvérsia continuará se instalando quanto à matéria ora posta.

Um dos posicionamentos indica que o corte ou interrupção/suspensão do fornecimento da água é possível, diante do inadimplemento por parte do usuário/consumidor.

Baseiam-se as decisões neste sentido na disciplina jurídica dada pela Lei n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

Prevê o artigo 29 do referido diploma legal:

Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I – de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente.

Ainda, o artigo 30 dispõe que:

a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I – categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização de consumo;

II – padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III – quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV – custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V – ciclos significativos de aumento da demanda de serviços, em períodos distintos; e

VI – capacidade de pagamento dos consumidores.

Ademais, o inciso V do artigo 40, da referida lei, estaria admitindo, expressamente, a interrupção dos serviços em caso de “inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado”. Assim, refere que “será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão”.

Outrossim, sinala-se o contido no art. 6º na Lei 8.987/95:

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

- I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações;
- e,
- II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Desta forma, seria lícita a suspensão no fornecimento da água potável, em caso do inadimplemento da tarifa, por parte do consumidor, afirmando que o serviço não pode ser prestado de forma gratuita.

Em contrapartida, reiteradas decisões entendem como ilícita a interrupção/suspensão no fornecimento da água potável, considerando que tal se dá como forma de coação ao pagamento da tarifa.

Tais decisões invocam o Código de Defesa do Consumidor, assim como as garantias constitucionais dos cidadãos, abrangendo, portanto, os princípios básicos constantes na Carta Magna, bem como os princípios da essencialidade e continuidade da prestação do serviço público.

Neste ponto, destaca-se que o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), equipara o prestador de serviços públicos a *fornecedor* e o serviço a *produto*. E, de forma expressa, dispõe, em seu art. 22, que:

Os órgãos públicos, por si ou por suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quando essenciais, contínuos.

Neste sentido, interessante salientar o entendimento de Zelmo Denari, ao comentar o art. 22 do Código de Defesa do Consumidor:

Assim sendo, partindo do suposto de que todos os serviços públicos são essenciais, resta discorrer sobre a exigência legal da sua continuidade. A nosso aviso, essa exigência do art. 22 não pode ser subentendida: 'os serviços essenciais devem ser contínuos' no sentido de que não poder deixar de ser ofertados a todos os usuários, vale dizer, prestados no interesse coletivo. Ao revés, quando estiverem em causa interesses individuais, de determinado usuário, a oferta de serviço pode sofrer solução de continuidade, se não forem observadas as normas administrativas que regem a espécie.¹¹

Assim, certo que, é dever do Estado o fornecimento de saneamento básico, garantindo os direitos previstos na Constituição Federal, sendo que o direito ao fornecimento da água é essencial na vida do cidadão, motivo pelo qual o concessionário desse serviço não pode deixar de atendê-lo, mesmo estando o usuário/beneficiário inadimplente.

Entretanto, a continuidade, *in casu*, deve ser entendida como a colocação à disposição, a não interrupção pública, sob pena de sobrepormos o interesse individual ao coletivo.

Fernando Costa de Azevedo refere que:

O princípio da continuidade deve ser interpretado como regra geral, que cede lugar à situação excepcional de descontinuidade, nas hipóteses previstas por lei, dentre as quais, o inadimplemento do consumidor-usuário. No entanto, não há conflito algum entre o artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor e o artigo 6º, §3º, II da Lei 8.987/95, sendo este dispositivo legal plenamente válido dentro do sistema jurídico de proteção do consumidor. [...]. E, por esta razão, que a prática corrente da suspensão unilateral do serviço público essencial por inadimplemento do consumidor-usuário é uma forma do prestador exercer, em função da situação excepcional gerada pela outra parte, o direito previsto no artigo 476 do Código Civil.¹²

Ainda, importante trazer à baila o entendimento de Maria Sylvia Zanillo Di Pietro, a qual refere que:

O usuário tem direito à prestação do serviço; se este lhe for indevidamente negado, pode exigir judicialmente o cumprimento da obrigação pelo concessionário; é comum ocorrerem casos de interrupção na prestação de serviços como os de luz, água e gás, quando o usuário interrompe o

¹¹ DENARI, Zelmo. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 194-197.

¹² AZEVEDO, Fernando Costa de. A suspensão do fornecimento de serviço público essencial por inadimplemento do consumidor-usuário: argumentos doutrinários e entendimento jurisprudencial. **Revista do Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 62, abr./jun. 2007. p. 99.

pagamento; mesmo nessas circunstâncias, existe jurisprudência no sentido de que o serviço, sendo essencial, não pode ser suspenso, cabendo ao concessionário cobrar do usuário as prestações devidas, usando das ações judiciais cabíveis.¹³

Desta forma, embora existentes posicionamentos contrários, a meu ver, o inadimplemento do usuário/consumidor não pode indicar a possibilidade de interrupção no fornecimento do serviço público, mas sim gera da concessionária o direito de cobrar do usuária as prestações não pagas.

Outrossim, destaca-se o ensinamento de Hely Lopes Meirelles:

Serviços *uti singuli* ou individuais: são os que têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário, como ocorre com o telefone, a água e a energia elétrica domiciliares. [...] O não pagamento desses serviços por parte do usuário tem suscitado hesitações da jurisprudência sobre a legitimidade da suspensão de seu fornecimento. Há que se distinguir entre o serviço obrigatório e o facultativo. Naquele, a suspensão do fornecimento é ilegal, pois se a Administração o considera essencial, impondo-o coercitivamente ao usuário (como é a ligação domiciliar à rede de esgoto e da água e a limpeza urbana), não pode suprimi-lo por falta de pagamento; neste, é legítima, porque, sendo livre sua fruição, entende-se não essencial, e, portanto, suprimível quando o usuário deixar de remunerá-lo, sendo, entretanto, indispensável aviso prévio.¹⁴

Em que pese as controvérsias existentes, as quais ainda vão gerar muita discussão jurisprudencial, tenho que o Código de Defesa do Consumidor é claro e taxativo, não havendo, portanto, exceções quanto ao fato dos serviços essenciais serem contínuos, motivo pelo qual, diante do caráter essencial do serviço a ser prestado, embora inadimplente o usuário/consumidor, ilícita a interrupção do seu fornecimento como forma de coação ao pagamento.

Ademais, como dito, a empresa prestadora do serviço público, ao invés de proceder na interrupção pode adotar os meios judiciais cabíveis para a cobrança dos valores, mostrando-se, portanto, abusiva a prática do corte.

¹³ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

¹⁴ MEIRELLES, 2003.

2 DIREITOS E RESPONSABILIDADES

2.1 DIREITOS E DEVERES DO CONSUMIDOR/USUÁRIO

Com efeito, a base constitucional do Código de Defesa do Consumidor está no artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, que ao cuidar dos direitos e garantias fundamentais estabeleceu que o Estado promoverá a defesa do consumidor.

E, foi com a chegada da Constituição Federal de 1988 que a proteção do consumidor "foi elevada à categoria de direito fundamental, constituindo-se em dever do Estado Democrático de Direito".¹⁵

De igual forma, os artigos 150, parágrafo 5º e 170, inciso V, da Carta Magna demonstram a preocupação do constituinte com a defesa do consumidor.

Ainda, em seu artigo 48, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê que o Congresso Nacional elaborará o Código de Defesa do Consumidor em 120 (cento e vinte) dias, contados da promulgação da Constituição.

Verifica-se que, as regras de proteção e defesa do consumidor surgiram da constante necessidade de obtenção de igualdade entre aqueles que eram naturalmente desiguais.

Ressalta-se que, para Fernando Costa de Azevedo, o Código de Defesa do Consumidor:

foi criado para dar efetividade ao texto constitucional. Seu conteúdo apresenta os sujeitos e o objeto da relação jurídica de consumo (artigo 2º e 3º), os princípios orientadores e os instrumentos para a efetivação Política Nacional das Relações de Consumo (artigos 4º e 5º), os direitos fundamentais dos consumidores (artigos 6º e 7º), os deveres fundamentais dos fornecedores para a proteção da saúde e segurança dos consumidores

¹⁵ AZEVEDO, 2007.

(artigos 8º, 9º e 10), um sistema próprio de responsabilidade civil (artigos 12 a 27), as regras de proteção do consumidor contra práticas abusivas dos fornecedores (artigos 29 a 54), a tutela administrativa (artigos 55 a 60) e judicial dos consumidores (artigos 81 a 104) e o rol das infrações penais de consumo (artigos 61 a 80).¹⁶

Neste aspecto, observa-se que o referido Código trouxe como uma das principais inovações o conceito amplo de fornecedor, incluindo todos os agentes econômicos que atuam, direta ou indiretamente, no mercado de consumo. Assim, em seu art. 3º, definiu: "fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produto ou prestação de serviços".

Destaca-se, outrossim, o entendimento de Fernando Costa de Azevedo, o qual refere que "fornecedor, é o sujeito que participa da relação jurídica de consumo na medida em que desempenha sua atividade profissional".¹⁷

Quanto ao conceito de consumidor depreende-se que é o destinatário final do bem ou serviço, sendo que o art. 2º, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor, dispõe de forma clara, que "consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final".

No que se refere à destinação final, constante no referido artigo, pergunta e responde a brilhante autora Cláudia Lima Marques:

Certamente, ser destinatário final é retirar o bem de mercado (ato objetivo), mas e se o sujeito adquire o bem para utilizá-lo em sua profissão, adquire como profissional (elemento subjetivo), com fim de lucro, também deve ser considerado destinatário final?

Destinatário final é aquele destinatário fático e econômico do bem ou serviço, seja ele pessoa jurídica ou física. Logo, segundo esta interpretação biológica não basta ser destinatário fático do produto, retirá-lo da cadeia de produção, levá-lo para o escritório ou residência, é necessário ser destinatário final econômico, do bem, não adquiri-lo para revenda, não adquiri-lo para uso profissional, pois o bem será novamente um instrumento de produção.¹⁸

¹⁶ AZEVEDO, 2007, p. 90.

¹⁷ *Ibid.*, p. 91.

¹⁸ MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

Outrossim, a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor nas relações jurídicas existentes entre prestadores de serviços públicos e seus usuários vem disciplinada nos artigos 3º, § 2º; 4º, VII; 6º, X; 22 e 56, VIII, do próprio Código. Por sua vez, o direito dos consumidores/usuários a uma prestação adequada do serviço público é assegurado pela Lei nº. 8.987/95 que dispõe sobre o regime de concessões e permissões de serviços públicos, assim como pelo Código de Defesa do Consumidor e artigo 175 da Constituição Federal.

Quanto aos direitos dos consumidores/usuários, Diogenes Gasparini entende que:

Além do direito ao serviço, também é reconhecido ao usuário o direito a uma prestação regular, que outra coisa não é senão um corolário daquele. De fato, de nada valeria o reconhecimento do direito ao serviço se, ao mesmo tempo, fosse desconhecido o direito a uma prestação regular. Isso parece obvio, pois, pela execução irregular, pode-se chegar à negação da prestação. Destarte, se instalado e em funcionamento o serviço, o prestador assume a responsabilidade pela normalidade da sua execução e pelos prejuízos que a suspensão ou o mau funcionamento causar aos usuários.¹⁹.

E, o artigo 7º da Lei nº. 8.987/95 dispõe que são direitos dos usuários: a) receber o serviço de forma adequada e atendendo devidamente os princípios administrativos como o da igualdade, eficiência, o da continuidade, etc; b) obter do concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais e coletivos; c) obter e utilizar os serviços, com liberdade de escolha do prestador do serviço, desde que observando as normas do poder concedente; d) o direito, segundo a Lei nº. 9.791/ 99, de escolher a 6 (seis) datas opcionais para os dias do vencimento de seus débitos dentre do mês de vencimento.

De outro lado, o referido artigo aponta como deveres: a) levar ao conhecimento do Poder Público e da concessionária, as irregularidades na prestação do serviço; b) comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço; e, c) contribuir para as boas condições dos bens públicos utilizados na execução do serviço.

Ressalta-se, por oportuno, o entendimento de Hely Lopes Meirelles:

¹⁹ GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 289.

reconhecidos em qualquer serviço público ou de utilidade pública como fundamento para exigibilidade de sua prestação nas condições regulamentares e em igualdade com os demais utentes. São direitos cívicos, de conteúdo positivo, consistentes no poder de exigir da Administração ou de seu delegado o serviço que um ou outro se obrigou à prestar individualmente aos usuários. São direitos públicos subjetivos de exercício pessoal quando se tratando de serviço *uti singuli*, e o usuário estiver na área de sua prestação. Tais direitos rendem ensejo às ações correspondentes, inclusive mandado de segurança, conforme seja a prestação a exigir ou a lesão a reparar judicialmente.²⁰

Outrossim, quanto aos serviços públicos, o Código de Defesa do Consumidor disciplina em seu artigo 6º:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
X- a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Por fim, a ocorrência de violação dos direitos dos consumidores gera o direito de buscas uma indenização.

2.2 RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS CONCESSIONÁRIAS

Dúvidas não mais persistem quanto à aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor nas relações jurídicas envolvendo a concessionária e seus usuários. Ademais, as concessionárias, embora prestadoras de serviços públicos, o prestam visando o lucro, o que se verifica diante da cobrança da tarifa, caracterizando-se como fornecedoras.

Por sua vez, cumpre ressaltar que as Concessionárias de serviço público são consideradas pessoas jurídicas da Administração Pública, motivo pelo qual são aplicados os mesmos critérios para responsabilização.

O artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, por sua vez, não deixa dúvidas acerca da adoção da responsabilidade objetiva. Assim, dispõe:

²⁰ MEIRELLES, 2003, p. 338-339.

As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Nestes termos, a concessionária responde pelos danos independentemente de culpa, bastando a comprovação do evento lesivo e o nexos causal entre este e a conduta do agente.

Quanto ao referido artigo, ainda, destaca-se os ensinamentos de Caio Mário da Silva Pereira:

É pacífico, e já não requer maior explanação, que os vocábulos 'representantes' e 'funcionários' não são usados em acepção estrita, porém ampla, naquele sentido acima assentado, de quem no momento exercia uma atribuição ligada a sua atividade ou a sua função. É de se entender, igualmente, que no vocábulo 'Estado' compreendem-se as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos.²¹

Portanto, todas as empresas, prestadoras de serviço público, poderão responder objetivamente por danos que causem a terceiros, demonstrando então estarem sob a égide da Teoria do Risco Administrativo.

E, quanto a referida teoria, Hely Lopes Meirelles, ensina que:

A teoria do risco administrativo faz surgir a obrigação de indenizar o dano do só ato lesivo e injusto causado à vítima pela Administração. Não se exige qualquer falta do serviço público, nem culpa de seus agentes. Basta a lesão, sem o concurso do lesado.²²

Como ensina Sergio Cavalieri Filho:

quem tem o bônus deve suportar o ônus. Aquele que participa da Administração Pública, que presta serviços públicos, usufruindo os benefícios dessa atividade, deve suportar os seus riscos, deve responder em igualdade de condição com o Estado em nome de quem atua.²³

²¹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992. p. 130.

²² MEIRELLES, 2003, p. 623.

²³ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 172.

Por conseguinte, a relação é tipicamente de consumo, incidindo na espécie o art. 14, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, em face da alegada interrupção do serviço, *in verbis*:

O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo de seu fornecimento;

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi fornecido.

§ 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

§ 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Igualmente o art. 22 do Código de Defesa do Consumidor reza que as concessionárias de serviço público são obrigadas a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e a manter a continuidade quanto aos essenciais, que é o caso do fornecimento de água potável. Assim prevê tal dispositivo:

Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.

Ainda, salienta-se os ensinamentos de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, no que tange a responsabilidade objetiva, os quais dizem que

não havendo, na norma comentada, exigência da demonstração da conduta (dolo ou culpa) do agente para que ocorra o dever de indenizar, a conclusão é que foi adotada a responsabilidade objetiva como sendo o sistema geral da responsabilidade do CDC. Assim, toda a indenização derivada de relação de consumo sujeita-se ao regime da responsabilidade objetiva [...].²⁴

²⁴ NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Leis civis comentadas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 188.

Tal responsabilidade é estabelecida, portanto, de forma objetiva, no sentido de que o fornecedor somente dela se exime provando que o defeito inexistiu ou a culpa exclusiva de terceiro ou do próprio consumidor. É de se dizer, desta forma, que esses são os riscos inerentes a atividade, que deve oferecer um mínimo de segurança ao consumidor.

Assim, trata-se de responsabilidade objetiva, basta para a sua configuração que reste evidenciado o fato danoso, o dano efetivo e o nexo causal entre ambos, tendo por fundamento, como afirma Celso Antônio Bandeira de Mello, “garantir uma equânime repartição dos ônus provenientes de atos ou efeitos lesivos, evitando que alguns suportem prejuízos ocorridos por ocasião ou por causa de atividades desempenhadas no interesse de todos. De conseqüente, seu fundamento é o princípio da igualdade, noção básica do Estado de Direito.”²⁵

Por outro lado, importante destacar que a adoção da responsabilidade objetiva não significa que a concessionária será responsável por todo e qualquer dano sobrevindo aos usuários. No caso, significa que não é necessária a comprovação da deliberação volitiva do agente na prática do ato, restando, entretanto, a vinculação ao nexo de causalidade.

Possível, contudo, que a concessionária comprove alguma das excludentes de responsabilidade, fato que, se comprovado, afasta o próprio nexo de causalidade entre a ação ou omissão e o dano sobrevindo, por conseguinte, a responsabilidade.

Outrossim, importante destacar acerca da inversão do ônus da prova. Em casos envolvendo concessionária e usuário opera-se a inversão probatória chamada *ex lege*, ou seja, uma inversão independentemente da vontade das partes ou da manifestação judicial. Obriga, assim, a parte contrária (concessionária) à produção da prova desconstitutiva do direito alegado pela parte autora (usuário).

Desta forma, uma vez ingressada uma ação, pelo usuário/consumidor, em face de concessionária, por fatos danosos oriundos de relação jurídica, aplica-se ao

²⁵ MELLO, 2006, p. 866.

caso a inversão do ônus da prova, cumprindo a concessionária a prova desconstitutiva das alegações efetuadas pela parte contrária.

2.3 RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS

O serviço prestado pelas concessionárias, fornecedoras de água potável, é considerado essencial, imprescindível à dignidade da pessoa humana e, como tal, está obrigada a prestá-los de forma contínua, adequada, eficiente e segura, cumprindo ao Estado a fiscalização dessa prestação.

Pelos argumentos trazidos durante a explanação do presente trabalho, configura-se evidente, que o fornecimento da água, trata-se de serviço essencial à população, o qual, em observância aos ditames legais e constitucionais, deve ser prestado de forma contínua e ininterrupta.

No entanto, verifica-se que a Lei nº 8.987/95, em seu art. 6º, § 3º, incisos I e II, dispõe que não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por inadequação técnica ou por medida de segurança das instalações, ou por inadimplemento do usuário, observado sempre o interesse da coletividade.

Desta forma, a interrupção do fornecimento somente se justificaria caso houvesse perigo à segurança dos serviços ou dos demais usuários e do próprio consumidor, ou diante do interesse público, pois, caso contrário vige a continuidade.

Isso porque, embora essencial e contínuo, o serviço de fornecimento à água, possui custos para a prestadora, os quais serão arcados pela própria população, seja por meio da tarifa básica, seja pelo preço pago conforme o gasto mensal da água.

O artigo 40, V, da Lei n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que permite a interrupção do fornecimento de água potável ao consumidor inadimplente, fere, a meu ver, o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal e, por conseqüência, de igual maneira, o artigo 196 da Constituição Federal, ao afastar do Estado a responsabilidade constitucional de garantir saúde a todos.

Entretanto, embora seja essencial o serviço de fornecimento da água, como visto, isso não significa dizer que a concessionária está obrigada a fornecer o mesmo sem que haja o respectivo pagamento por parte do consumidor. A continuidade, no caso, refere-se à colocação à disposição do usuário, que em contrapartida deverá pagar pelo seu efetivo consumo.

Neste sentido, interessante destacar o entendimento de Zelmo Denari, ao comentar o art. 22 do CDC.

Pacifica-se, na doutrina, o entendimento de que a gratuidade não se presume e que as concessionárias de serviço público não podem ser compelidas a prestar serviços ininterruptos se o usuário deixa de satisfazer suas obrigações relativas ao pagamento. Assim como o particular, no contrato *facio ut des*, pode recusar cumprimento da obrigação de fazer, na ausência do correspectivo, assim também não há negar às concessionárias a mesma faculdade, nos contratos de Direito Público. Do contrário, seria admitir, de um lado, o enriquecimento sem causa do usuário e, de outro, o desvio de recursos públicos por mera inatividade da concessionária, sem prejuízo da ofensa ao princípio da igualdade de tratamento entre os destinatários do serviço público.²⁶

De outro lado, a concessionária, ao invés de proceder na ilegal interrupção do serviço público, ferindo, desta forma, princípios basilares da Constituição Federal, pondo em risco a saúde e vida da população, deverá utilizar os meios judiciais cabíveis para proceder na cobrança dos valores que lhe são devidos pelos usuários/consumidores inadimplentes.

E, é nesse aspecto que me reporto ao fato de que o Estado, como garantidor dos direitos presentes na Carta Magna, bem como no Código de Defesa do Consumidor, tem o dever de garantir a segurança necessária à população, não

²⁶ DENARI, 2001, p. 194-197.

permitindo que os usuários dos serviços prestados pelas concessionárias sejam, de forma arbitrária, compelidos ao pagamento.

Efetivamente, daí resulta a responsabilização do Estado pelos serviços essenciais. Assim, casos em que os usuários comprovem a impossibilidade do pagamento da tarifa, sendo a água bem essencial para a vida humana e cumprindo ao Estado garantir o seu acesso, tenho que se deve aplicar, em analogia, aos referidos casos, os benefícios da Lei 1060\50.

Dispõe o art. 4º da Lei da Assistência Judiciária Gratuita:

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986)

Ora, é direito da população o acesso à água potável. Havendo, entretanto, concessão por parte do Estado na sua prestação, e tendo a concessionária o direito de receber a contraprestação pelo serviço, em analogia à referida lei, entendo que comprovando o usuário sua hipossuficiência deve o Estado arcar com os custos da disposição do serviço público ao necessitado.

Ou seja, impossibilitada a interrupção do serviço, como dito, cumpre a concessionária o direito de exigir judicialmente que o usuário efetue o pagamento pela prestação do fornecimento da água. Em contrapartida, comprovando esse usuário a impossibilidade de efetuar tal pagamento, não havendo, desta forma, meios para que a concessionária efetive a cobrança diretamente deste, a meu ver poderá buscar os valores que lhe são devidos do próprio Estado.

Claro que tais situações não devem ser levadas como corriqueiras, tampouco vistas como regra geral, pois se assim fosse se instalaria o caos social, uma vez que toda a população passaria a não efetuar os pagamentos, diante desta possibilidade.

Trata-se, exclusivamente, de exceção. Apenas casos extremos, aqueles em que, comprovadamente, não existem meios de cobrança direta do usuário,

passando, assim, o Estado a ser obrigado a dispor tal serviço de forma direta ou efetuar o pagamento da tarifa aos necessitados.

Em outros casos, deverá à concessionária buscar seu crédito pelas vias judiciais cabíveis, diretamente do usuário inadimplente, impossibilitado o corte como meio de coerção, uma vez que os direitos da população, previstos na Constituição Federal e no Código de Defesa do Consumidor, devem se sobrepor, garantindo que princípios basilares não sejam violados.

3 VISÃO JURISPRUDENCIAL

3.1 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Quanto ao tema, ora analisado, depreende-se da pesquisa realizada que não existem muitos julgados perante o Supremo Tribunal Federal. E, dentre os localizados, nenhum deles ingressou no mérito da questão, restringindo-se a referir acerca da impossibilidade do exame da legislação infraconstitucional.

Neste sentido colaciono jurisprudência:

AI 776899 / * - ANTILHAS HOLANDESAS**

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Relator(a): Min. GILMAR MENDES

Julgamento: 30/11/2010

Publicação

DJe-236 DIVULG 06/12/2010 PUBLIC 07/12/2010

Partes

AGTE.(S): JOTAE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

ADV.(A/S): PAULO DE TARSO PESTANA DE GODÓY

AGDO.(A/S): DESANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

ADV.(A/S): MARLI DE FÁTIMA PELOSI

Decisão

D ECIS Ã O: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão de inadmissibilidade de recurso extraordinário que impugna acórdão assim ementado:

“APELAÇÃO CÍVEL - Interposição contra sentença que julgou improcedente ação ordinária com pedido de antecipação de tutela. **Fornecimento** do serviço de **água** devidamente constatado. Apelante que se encontra inadimplente. Corte de **água** amparado pela Lei n°

8.987/95. Sentença mantida.

Apelação não provida.” (fl. 235)

Segundo orientação sumulada do STF, não cabe recurso extraordinário para simples reexame de prova (Súmula 279).

Deve-se anotar que a reapreciação de questões probatórias é diferente da valoração das provas. Enquanto a primeira prática é vedada em sede de recurso extraordinário, a segunda, a valoração, há de ser aceita.

Na espécie, o acórdão recorrido decidiu que:

“Inicialmente, afasta-se a alegação de cerceamento de defesa pela não realização de perícia no antigo medidor, pois as questões de fato restaram devidamente comprovadas pelo laudo pericial sendo desnecessária a produção de demais provas, conforme decisão do Juízo de fls. 298.” (fl. 236)

Para entender de forma diversa, faz-se imprescindível a revisão dos fatos e provas analisados, o que não é possível nos termos da jurisprudência desta Corte. Nesse sentido, entre outras, as seguintes decisões: RE 165.460, Rel. Min. Sydney Sanches, 1ª

Turma, DJ 19.9.1997; RE 102.542, Rel. Min. Djaci Falcão, 2ª Turma, DJ 27.9.1985; RE-AgR 593.550, Rel. Min. Eros Grau, 2ª Turma, DJe 27.2.2009; e AI-AgR 767.152, Rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe 5.2.2010.

Incide, portanto, a Súmula 279/STF.

Além disso, extrai-se do acórdão impugnado que:

“Por outro lado, preceitua o artigo 6º, parágrafo 3º, inciso II, da Lei nº 8.987/95, que é viável a **interrupção** do serviço de **água** e esgoto, por inadimplemento do usuário, não havendo, portanto, que se falar em ausência de previsão legal

[...]

No que diz respeito à aplicação das disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor à presente lide, cabe destacar que a lei específica se sobrepõe às demais, sendo, portanto, de aplicação, ao caso em tela, o que dispõe a Lei nº 8.987/95” (fls.

237/238)

Desse modo, a análise das supostas ofensas à Constituição Federal, alegadas pela recorrente demandaria o prévio exame da legislação infraconstitucional, o que é vedado na via estreita do recurso extraordinário (Súmula 636/STF).

Por fim, no tocante ao cerceamento de defesa, a jurisprudência desta Corte é no sentido de que não ofende as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa a decisão que, motivadamente, indefere determinada diligência probatória. Nesse

sentido: AI-AgR 737.693, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJe 26.11.2010, e AI-AgR 597.299, Rel. Min. Ayres Britto, 2ª Turma, DJe 8.10.2010, este assim ementado:

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTROVÉRSIA ACERCA DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. QUESTÃO RESTRITA AO ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA. 1. Não caracteriza cerceamento de defesa a decisão que, motivadamente, indefere determinada diligência probatória. Precedentes: Als 382.214, da relatoria do ministro Celso de Mello; e 144.548-AgR, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence. 2. Caso em que entendimento diverso do adotado pelo aresto impugnado demandaria o revolvimento de fatos e provas. Providência vedada na instância extraordinária. 3. Agravo regimental desprovido.”

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (arts. 21, §1º, do RISTF e 557 do CPC).

Publique-se.

Brasília, 30 de novembro de 2010.

Ministro GILMAR MENDES

Relator

Documento assinado digitalmente

Observação

Legislação feita por:(HMC).

No caso em comento, foi negado seguimento ao recurso interposto contra sentença que julgou improcedente ação ordinária com pedido de antecipação de tutela, pelo fato de que não caberia recurso extraordinário para simples reexame de prova.

Outrossim, pela fundamentação exposta, depreende-se que a ação foi julgada improcedente, baseando-se as alegações no fato de que aplicaria-se ao caso a Lei

nº 8.987/95, motivo pelo qual possível a suspensão do fornecimento de água potável, ante o inadimplemento do usuário.

3.2 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, vem decidindo pela impossibilidade de suspensão no fornecimento de água potável quanto aos débitos antigos.

Neste sentido é a jurisprudência:

AgRg no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.166.017 - RJ (2009/0222692-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE
ADVOGADO : LUIZ CARLOS ZVEITER E OUTRO(S)

AGRAVADO : NECY DAS GRAÇAS RIBEIRO MARGALHO

ADVOGADO : FRANCISCO BASTOS VIANNA DE SOUZA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. CORTE DO SERVIÇO. DÉBITO PRETÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA FUNDAMENTADA EM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça entende que o corte de serviços essenciais, como água e energia elétrica, pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, sendo inviável, pois, a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos.

2. A decisão monocrática ora agravada baseou-se em jurisprudência do STJ, razão pela qual não merece reforma.

3. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 05 de outubro de 2010 (data do julgamento).

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

AgRg no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.166.017 - RJ (2009/0222692-4)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE

ADVOGADO : LUIZ CARLOS ZVEITER E OUTRO(S)
 AGRAVADO : NECY DAS GRAÇAS RIBEIRO MARGALHO
 ADVOGADO : FRANCISCO BASTOS VIANNA DE SOUZA - DEFENSOR
 PÚBLICO E OUTROS

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator):

Trata-se de agravo regimental (fls. 191/196) interposto contra decisão monocrática (fls. 182/186) assim ementada:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. CORTE DO SERVIÇO. DÉBITO PRETÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

A parte agravante alega, em síntese, que a verificação da reversibilidade de tutela antecipada concedida nas instâncias ordinárias configura matéria cujo exame é vedado em sede de recurso especial, por força da Súmula n. 7 do STJ, razão porque não se poderia ter analisado a questão a respeito do corte do fornecimento de água.

É o relatório.

**AgRg no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.166.017 - RJ
 (2009/0222692-4)**

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO PÚBLICO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. CORTE DO SERVIÇO. DÉBITO PRETÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA FUNDAMENTADA EM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça entende que o corte de serviços essenciais, como água e energia elétrica, pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, sendo inviável, pois, a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos.

2. A decisão monocrática ora agravada baseou-se em jurisprudência do STJ, razão pela qual não merece reforma.

3. Agravo regimental não provido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator): Não assiste razão à parte agravante.

A decisão agravada encontra-se de acordo com a orientação desta Superior Corte a respeito da controvérsia, devendo, por isso, ser mantida. E, para melhor entendimento da discussão, transcrevo os termos em que foi prolatada:

Trata-se de agravo regimental (fls. 162/170) interposto contra decisão monocrática (fls. 156/157) assim ementada:

ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. INTERRUÇÃO. USUÁRIO INADIMPLENTE. LEGALIDADE. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

A parte agravante alega, em síntese, que não cabe o corte do fornecimento de água, já que o débito em discussão refere-se a contas antigas.

É o relatório.

Assiste razão à parte agravante.

A decisão agravada foi prolatada nestes termos:

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Agravo Inominado. Insurgência contra decisão singular do Relator que, com fulcro no art. 557, caput, CPC, negou seguimento ao Agravo de

Instrumento, por se tratar de recurso em confronto com a súmula 59 desta Corte de Justiça. Fornecimento de água interrompido diante do total inadimplemento da Agravante por 02 anos. Indeferimento da antecipação de tutela para o restabelecimento. Decisão do juízo a quo que nada tem de teratológica, contrária à lei ou à prova dos autos, merecendo ser confirmada neste Tribunal. Negativa de seguimento do Agravo de instrumento mantida. Desprovisionamento do Agravo Interno.

Em suas razões, aponta a recorrente violação aos artigos 535 do CPC, e 22 do Código do Consumidor.

Apresentadas contra-razões, subiram os autos.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registro que não houve a alegada ofensa ao art. 535 do CPC. É que, muito embora a parte recorrente tenha oposto embargos de declaração, tem-se que, em não havendo no acórdão omissão, contradição ou obscuridade capaz de ensejar o acolhimento da medida integrativa, tal não é servil para forçar o ingresso na instância extraordinária. Com efeito, afigura-se despicienda, nos termos da jurisprudência deste Tribunal, a refutação da totalidade dos argumentos trazidos pela parte, com a citação explícita de todos os dispositivos infraconstitucionais que aquela entender pertinentes ao desate da lide.

Acrescente-se que, no caso, não se vislumbra a ocorrência de nenhum dos vícios elencados no referido dispositivo legal a reclamar a anulação do julgado. O aresto impugnado guardou observância ao princípio da motivação obrigatória das decisões judiciais, na medida em que analisou suficientemente a controvérsia dos autos, de forma motivada e fundamentada, ainda que sua formulação seja diversa da pretensão deduzida pelo ora recorrente.

A jurisprudência deste colendo Tribunal é firme na compreensão de não serem cabíveis os declaratórios somente para fins de prequestionamento, devendo, antes, haver, de fato, questão relevante para o julgamento da controvérsia sobre a qual se omitiu o acórdão embargado.

No mérito, "O STJ consolidou o entendimento de que é lícita a interrupção do fornecimento de água, após prévio aviso, nos casos de inadimplemento pelo usuário."(REsp 589507 / MG, Relator Ministro JOÃO OTAVIO DE NORONHA, Relator(a) p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 15/09/2009 Data da Publicação/Fonte DJe 02/10/2009)

ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. INTERRUPÇÃO. USUÁRIO INADIMPLENTE. LEGALIDADE.

1. O STJ consolidou o entendimento de que é lícita a interrupção do fornecimento de água, após prévio aviso, nos casos de inadimplemento pelo usuário.

2. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao recurso especial (art. 557, do CPC).

Publique-se. Intimações necessárias.

Ocorre que, da leitura do acórdão recorrido, percebe-se-se que o corte de água ocorreu em razão de débitos existentes há 2 anos (fls. 100/101):

Agravo Inominado. Insurgência contra decisão singular do Relator que, com fulcro no art. 557, caput, CPC, negou seguimento ao Agravo de Instrumento, por se tratar de recurso em confronto com a súmula 59 desta Corte de Justiça. Fornecimento de água interrompido diante do total inadimplemento da Agravante por 02 anos. Indeferimento da antecipação de tutela para o restabelecimento. Decisão do juízo a quo que nada tem de teratológica, contrária à lei ou à prova dos autos, merecendo ser confirmada neste Tribunal. Negativa de seguimento do Agravo de instrumento mantida. Desprovisionamento do Agravo Interno.

[...]

Como se pode verificar na leitura da inicial da referida ação, a Autora confessa estar em débito desde janeiro de 2006. E, como, já afirmado na

decisão ora em exame, apesar de o fornecimento de água figurar como serviço essencial, é necessário que haja algum pagamento por ele, não podendo a Autora valer-se do serviço sem contraprestação alguma. (sem grifos no original)

Sobre o assunto, o Superior Tribunal de Justiça entende que o corte de serviços essenciais, como água e energia elétrica, pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, sendo inviável, pois, a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. RECORRENTE QUE NÃO DEFINE EM QUE CONSISTE A OMISSÃO. SÚMULA Nº 284/STF. ARTIGO 458 DO CPC. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO. INOCORRÊNCIA. INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETRO. INEXEQUIBILIDADE.

REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. INTERRUÇÃO. INCABIMENTO NO CASO DE DÍVIDAS PRETÉRITAS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou trechos de votos.

2. Em tema de violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, a não indicação expressa das questões apontadas como omitidas vicia a motivação do recurso especial, inviabilizando o seu conhecimento. Incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. Inexiste a violação do artigo 458 do Código de Processo Civil se o acórdão, embora sucintamente, mostra motivação suficiente, abrangendo a matéria que lhe era própria, de modo a permitir a exata compreensão da controvérsia, sendo certo que a apreciação de modo contrário ao interesse da parte não configura ausência de fundamentação.

4. Reconhecido no acórdão impugnado que a recorrente não logrou êxito em comprovar a inexecução da instalação do hidrômetro, a afirmação em sentido contrário, a motivar insurgência especial, requisita exame do acervo fático-probatório, vedado na instância excepcional.

5. É firme a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça no sentido da impossibilidade de suspensão de serviços essenciais, tais como o fornecimento de energia elétrica e água, em função da cobrança de débitos pretéritos.

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 1207818/RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 2.2.2010)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CORTE DE FORNECIMENTO DE ÁGUA - DÉBITOS ANTIGOS - IMPOSSIBILIDADE - ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM PRECEDENTES DESTA CORTE - RECURSO IMPROVIDO.

(AgRg no Ag 1180479/RJ, Rel. Min. Massami Uyeda, Terceira Turma, DJe 29.10.2009)

ADMINISTRATIVO. ÁGUA. FORNECIMENTO. CORTE. DÉBITO ANTIGO. ILEGALIDADE.

1. É indevido o corte do fornecimento de água nos casos em que se trata de cobrança de débitos antigos e consolidados, os quais devem ser reivindicados pelas concessionárias por meio das vias ordinárias de cobrança, sob pena de infringir-se o disposto no art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. Incidência da Súmula 83/STJ.

Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1074977/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 14.10.2009)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. CORTE NO FORNECIMENTO. NÃO VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165, 458 E 535, I e II, DO CPC. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. TUTELA ANTECIPADA. INVIABILIDADE DO REEXAME DE SEUS REQUISITOS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. MATÉRIA EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ.

1. Não houve violação aos arts. 165, 458 e 535, I e II, do CPC, uma vez que os arestos recorridos estão devidamente fundamentados e todos os temas relevantes para o deslinde da questão levantada foram abordados. Ademais, a jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que o julgador não está adstrito a responder a todos os argumentos das partes, desde que fundamente sua decisão.

2. No que tange à violação do art. 273, do CPC, o Tribunal local, ao analisar os requisitos para o deferimento da antecipação da tutela, fê-lo com estrita observância do contexto fático-probatório dos autos, sendo defeso ao STJ o seu reexame, conforme enunciado da Súmula 7/STJ. Precedentes.

3. Quanto ao mérito, o Superior Tribunal de Justiça já firmou compreensão no sentido de que é indevido o corte do fornecimento de água em razão da existência de débitos antigos, que devem ser cobrados pelas vias ordinárias de cobrança, inviabilizando o recurso pelo óbice da Súmula 83/STJ.

4. Decisão mantida por seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1055490/RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 14.9.2009)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - CPC, ART. 535 - VIOLAÇÃO NÃO CARACTERIZADA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - DIFERENÇA DE CONSUMO APURADA EM RAZÃO DE FRAUDE NO MEDIDOR - IMPOSSIBILIDADE.

1. Não ocorre negativa ou deficiência na prestação jurisdicional se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. A Primeira Seção e a Corte Especial do STJ entendem legal a suspensão do serviço de fornecimento de energia elétrica pelo inadimplemento do consumidor, após aviso prévio, exceto quanto aos débitos antigos, passíveis de cobrança pelas vias ordinárias de cobrança.

3. Entendimento que se aplica no caso de diferença de consumo apurada em decorrência de fraude no medidor, consoante têm decidido reiteradamente ambas as Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte. Precedentes.

4. Reformulação do entendimento da relatora, em homenagem à função constitucional uniformizadora atribuída ao STJ.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1076485/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 27.3.2009)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. DIREITO LOCAL. SÚMULA 280/STF. CONTRAPRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INTERRUÇÃO. DÉBITO PRETÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO INCAPAZ DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não viola os arts. 165, 458 e 535 do CPC, tampouco nega a prestação jurisdicional, o acórdão que adota fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia.

2. "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário" (Súmula 280/STF).

3. Não é lícito à concessionária interromper o serviços de fornecimento de água por dívida pretérita, a título de recuperação de consumo, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não pagos.

4. É inviável, em sede de recurso especial, a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, por ensejar o revolvimento de matéria eminentemente fático-probatória, a atrair o óbice da Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 1009551/RJ, Rel. Min. Denise Arruda, Primeira Turma, DJe 1º.10.2008)

Portanto, em homenagem à função uniformizadora de jurisprudência do STJ, exerço o juízo de retratação, DOU PROVIMENTO ao agravo regimental para DAR PROVIMENTO ao recurso especial (art. 557, § 1º-A, do CPC) e manter o fornecimento de água à parte recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Em suma, reinvoando-se os precedentes citados na decisão agravada, o Superior Tribunal de Justiça entende que o corte de serviços essenciais, como água e energia elétrica, pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, sendo inviável, pois, a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos. Outros arestos no mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. RECORRENTE QUE NÃO DEFINE EM QUE CONSISTE A OMISSÃO. SÚMULA Nº 284/STF. ARTIGO 458 DO CPC. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO. INOCORRÊNCIA. INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETRO. INEXEQUIBILIDADE.

REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. INTERRUÇÃO. INCABIMENTO NO CASO DE DÍVIDAS PRETÉRITAS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Por força legal, a divergência jurisprudencial, autorizativa do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou trechos de votos.

2. Em tema de violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, a não indicação expressa das questões apontadas como omitidas vicia a motivação do recurso especial, inviabilizando o seu conhecimento. Incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. Inexiste a violação do artigo 458 do Código de Processo Civil se o acórdão, embora sucintamente, mostra motivação suficiente, abrangendo a matéria que lhe era própria, de modo a permitir a exata compreensão da controvérsia, sendo certo que a apreciação de modo contrário ao interesse da parte não configura ausência de fundamentação.

4. Reconhecido no acórdão impugnado que a recorrente não logrou êxito em comprovar a inexecuibilidade da instalação do hidrômetro, a afirmação em sentido contrário, a motivar insurgência especial, requisita exame do acervo fático-probatório, vedado na instância excepcional.

5. É firme a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça no sentido da impossibilidade de suspensão de serviços essenciais, tais como o fornecimento de energia elétrica e água, em função da cobrança de débitos pretéritos.

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no Ag 1207818/RJ, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, DJe 2.2.2010)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CORTE DE FORNECIMENTO DE ÁGUA - DÉBITOS ANTIGOS - IMPOSSIBILIDADE - ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM PRECEDENTES DESTA CORTE - RECURSO IMPROVIDO.

(AgRg no Ag 1180479/RJ, Rel. Min. Massami Uyeda, Terceira Turma, DJe 29.10.2009)

ADMINISTRATIVO. ÁGUA. FORNECIMENTO. CORTE. DÉBITO ANTIGO. ILEGALIDADE.

1. É indevido o corte do fornecimento de água nos casos em que se trata de cobrança de débitos antigos e consolidados, os quais devem ser reivindicados pelas concessionárias por meio das vias ordinárias de cobrança, sob pena de infringir-se o disposto no art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. Incidência da Súmula 83/STJ.

Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1074977/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 14.10.2009)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. CORTE NO FORNECIMENTO. NÃO VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165, 458 E 535, I e II, DO CPC. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. TUTELA ANTECIPADA. INVIABILIDADE DO REEXAME DE SEUS REQUISITOS. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. MATÉRIA EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ.

1. Não houve violação aos arts. 165, 458 e 535, I e II, do CPC, uma vez que os arestos recorridos estão devidamente fundamentados e todos os temas relevantes para o deslinde da questão levantada foram abordados. Ademais, a jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que o julgador não está adstrito a responder a todos os argumentos das partes, desde que fundamente sua decisão.

2. No que tange à violação do art. 273, do CPC, o Tribunal local, ao analisar os requisitos para o deferimento da antecipação da tutela, fê-lo com estrita observância do contexto fático-probatório dos autos, sendo defeso ao STJ o seu reexame, conforme enunciado da Súmula 7/STJ. Precedentes.

3. Quanto ao mérito, o Superior Tribunal de Justiça já firmou compreensão no sentido de que é indevido o corte do fornecimento de água em razão da existência de débitos antigos, que devem ser cobrados pelas vias ordinárias de cobrança, inviabilizando o recurso pelo óbice da Súmula 83/STJ.

4. Decisão mantida por seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1055490/RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 14.9.2009)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - CPC, ART. 535 - VIOLAÇÃO NÃO CARACTERIZADA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - DIFERENÇA DE CONSUMO APURADA EM RAZÃO DE FRAUDE NO MEDIDOR - IMPOSSIBILIDADE.

1. Não ocorre negativa ou deficiência na prestação jurisdicional se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. A Primeira Seção e a Corte Especial do STJ entendem legal a suspensão do serviço de fornecimento de energia elétrica pelo inadimplemento do consumidor, após aviso prévio, exceto quanto aos débitos antigos, passíveis de cobrança pelas vias ordinárias de cobrança.

3. Entendimento que se aplica no caso de diferença de consumo apurada em decorrência de fraude no medidor, consoante têm decidido reiteradamente ambas as Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte. Precedentes.

4. Reformulação do entendimento da relatora, em homenagem à função constitucional uniformizadora atribuída ao STJ.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1076485/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 27.3.2009)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. DIREITO LOCAL. SÚMULA 280/STF. CONTRAPRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INTERRUÇÃO. DÉBITO PRETÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO INCAPAZ DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não viola os arts. 165, 458 e 535 do CPC, tampouco nega a prestação jurisdicional, o acórdão que adota fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia.

2. "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário" (Súmula 280/STF).

3. Não é lícito à concessionária interromper o serviços de fornecimento de água por dívida pretérita, a título de recuperação de consumo, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não pagos.

4. É inviável, em sede de recurso especial, a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, por ensejar o revolvimento de matéria eminentemente fático-probatória, a atrair o óbice da Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 1009551/RJ, Rel. Min. Denise Arruda, Primeira Turma, DJe 1º.10.2008)

Assim, mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos, pois embasada em jurisprudência deste Superior Tribunal.

Dessarte, NEGO PROVIMENTO ao agravo regimental.

É como voto.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

SEGUNDA TURMA

AgRg no AgRg no

Número Registro: 2009/0222692-4

REsp 1.166.017/RJ

Números Origem: 20080013221054 200800236359 200913513140

PAUTA: 05/10/2010 JULGADO: 05/10/2010

Relator

Exmo. Sr. Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro HUMBERTO MARTINS

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. MARIA CAETANA CINTRA SANTOS

Secretária

Bela. VALÉRIA ALVIM DUSI

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : NECY DAS GRAÇAS RIBEIRO MARGALHO

ADVOGADO : FRANCISCO BASTOS VIANNA DE SOUZA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS

RECORRIDO : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE

ADVOGADO : LUIZ CARLOS ZVEITER E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo - Fornecimento de Água

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE

ADVOGADO : LUIZ CARLOS ZVEITER E OUTRO(S)

AGRAVADO : NECY DAS GRAÇAS RIBEIRO MARGALHO

ADVOGADO : FRANCISCO BASTOS VIANNA DE SOUZA - DEFENSOR PÚBLICO E OUTROS

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 05 de outubro de 2010

VALÉRIA ALVIM DUSI

Secretária

Documento: 1009775 Inteiro Teor do Acórdão - DJe: 21/10/2010

Verifica-se que, *in casu*, trata-se de agravo regimental interposto contra decisão monocrática, tendo o Superior Tribunal de Justiça decidido que o corte de serviços essenciais pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo, sendo inviável, pois, a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos.

Assim, denota-se que o inadimplemento de débitos antigos não autoriza a interrupção do serviço, ao passo que débitos recentes, quanto ao mês de consumo, vem sendo aceito pelo Órgão Julgador como possível.

3.3 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A interrupção do fornecimento da água vem criando posicionamentos em nosso Tribunal de Justiça. Neste sentido, colaciono acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

APELAÇÃO CÍVEL. CORTE DE ÁGUA ANTE A FALTA DE PAGAMENTO. DEVEDOR CONFESSO. POSSIBILIDADE.

A concessionária não está obrigada a fornecer seus serviços gratuitamente ou mediante a prestação de caução, o que se dá somente com o efetivo pagamento dos valores atrasados.

A suspensão no fornecimento está amparada no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto da CORSAN e na Lei nº 8.987/95.

Apelo provido. Voto vencido.

Apelação Cível

Vigésima Primeira Câmara Cível

Nº 70040600736 Comarca de Canoas

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN -
APELANTE

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MATA NATIVA - APELADO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os Desembargadores integrantes da Vigésima Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, por maioria, em dar provimento ao apelo, vencido o Des. Genaro José Baroni Borges.

Custas na forma da lei.

Participaram do julgamento, além do signatário, os eminentes Senhores **Des.ª Maria Isabel de Azevedo Souza (Presidente) e Des. Genaro José Baroni Borges.**

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2011.

DES. MARCO AURÉLIO HEINZ,
Relator.

RELATÓRIO

Des. Marco Aurélio Heinz (RELATOR)

Trata-se de recurso de apelação interposto pela COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN contra sentença que julgou procedente o pedido formulado na ação proposta pelo CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MATA NATIVA, para restabelecer o fornecimento de água na unidade consumidora do requerente.

Em suas razões, a apelante alega que o fato da do débito ser ou não da incorporadora responsável pela construção do conjunto habitacional, não é da competência da CORSAN, devendo a dívida ser paga pelo titular responsável do débito pendente. Assevera que se o débito refletiu no interesse de terceiros, o autor deveria demandar contra a incorporadora, não podendo a concessionária arcar com o prejuízo. Sustenta possibilidade de interrupção do serviço por inadimplência do usuário, prevista no art. 6º, §3º, II, da Lei nº 8.987/95. Refere que a decisão atacada coloca em vantagem ilegal o usuário inadimplente, em detrimento de tantos outros que pagam suas contas em dia. Cita jurisprudências. Requer o provimento do recurso.

O apelado oferece resposta, restando rebatidos os argumentos trazidos no recurso.

O Ministério Público, perante esta Corte, opina pelo conhecimento e desprovimento da apelação.

É o relatório.

VOTOS

Des. Marco Aurélio Heinz (RELATOR)

O presente recurso merece prosperar.

No caso, o próprio autor, ora apelado, confessa a existência de débito pendente.

A atuação da empresa está amparada na Lei nº 8.987/95, que regula o art. 175, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988. Prevê o artigo 6º, §3º, II, “in verbis”:

“Art. 6º - Toda concessão ou permissão pressupõe a contraprestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§1º...

§2º...

§3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I - ...

II – por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.”

No mesmo sentido, dispõe o Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto da CORSAN, em seu art. 104:

“Art. 104 – O fornecimento de água será suspenso nos seguintes casos:
d) falta de pagamento de conta(s) mensal (ais).”

Ademais, conforme o entendimento do Egrégio STJ, é possível o corte de água, contanto que haja a inadimplência:

“ADMINISTRATIVO - SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA - PAGAMENTO À EMPRESA CONCESSIONÁRIA SOB A MODALIDADE DE TARIFA - **CORTE POR FALTA DE PAGAMENTO: LEGALIDADE.**

1. A relação jurídica, na hipótese de serviço público prestado por concessionária, tem natureza de Direito Privado, pois o pagamento é feito sob a modalidade de tarifa, que não se classifica como taxa.

2. Nas condições indicadas, o pagamento é contra prestação, e o serviço pode ser interrompido em caso de inadimplemento.

3. Interpretação autêntica que se faz do CDC, que admite a exceção do contrato não cumprido.

4. A política social referente ao fornecimento dos serviços essenciais faz-se por intermédio da política tarifária, contemplando eqüitativa e isonomicamente os menos favorecidos.

5. Recurso especial improvido.

(RESP nº 337.965/MG, Relª. Minª. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA do STJ)”

Assim, ante a confissão de inadimplência, é legal o corte de água.

Ressalta-se que, não há nos autos prova de que a incorporadora ABNCS assumiu a responsabilidade no fornecimento de água até a entrega definitiva do empreendimento, deste modo a responsabilidade pelo pagamento das contas de água é do titular responsável, neste caso o condomínio.

Diante do exposto, dou provimento ao apelo para julgar improcedente a demanda.

Inverto os ônus sucumbenciais, ficando suspensa a sua exigibilidade, porquanto a requerente é beneficiária da assistência judiciária gratuita.

Des. Genaro José Baroni Borges (REVISOR)

Peço vênia para divergir.

É entendimento consolidado de que as dívidas pretéritas de fornecimento de água não ensejam a suspensão do fornecimento.

Nesse sentido, as seguintes decisões desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça:

“EMBARGOS INFRINGENTES. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. INADIMPLEMENTO. SUSPENSÃO. DESCABIMENTO. Descabe a suspensão do fornecimento de água, pela existência de débito pretérito. Reputada a água como serviço público essencial, enquadrado na Constituição Federal como direito fundamental à

saúde, resta o fornecimento subordinado ao princípio da continuidade de sua prestação em que vedada a sua interrupção. EMBARGOS INFRINGENTES DESACOLHIDOS.” (Embargos Infringentes Nº 70020860326, Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Arno Werlang, Julgado em 05/10/2007)

“AGRAVO. ART. 557, § 1º, DO CPC. ABRANGÊNCIA DO EXAME FEITO PELO RELATOR. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. FORNECIMENTO DE ÁGUA. CORTE. DÉBITOS PRETÉRITOS. IMPOSSIBILIDADE. I. Tratando-se de matéria a cujo respeito há jurisprudência dominante, o relator está autorizado a dar provimento a recurso. II. Trata-se de serviço essencial, o fornecimento de água, dispondo a autarquia de meios próprios para receber os pagamentos em atraso, ainda mais, in casu, onde é exigido débito pretérito. RECURSO DESPROVIDO.” (Agravado Nº 70019218742, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 23/05/2007)

“PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - ALÍNEA "A" - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE O TEMA - SÚMULA 284 DO STF E, POR ANALOGIA, 182 DO STJ - CORTE NO FORNECIMENTO DE ÁGUA DA MUNICIPALIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO - HIPÓTESE DE EXIGÊNCIA DE DÉBITO PRETÉRITO - AUSÊNCIA DE INADIMPLENTO - CONSTRANGIMENTO E AMEAÇA AO CONSUMIDOR.

1. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, o recurso não pode ser conhecido, uma vez que a recorrente deixou de pontuar, de modo específico, qual de fato teria sido o dispositivo de lei violado. A jurisprudência do STJ é uníssona no sentido de que não se conhece do recurso especial quando a deficiência na sua fundamentação não permite a exata compreensão da controvérsia.

Aplicação do enunciado 284 da Súmula do STJ e, por analogia, 182 do STJ. 2. No caso em tela, assentou a instância ordinária que o corte de fornecimento de água foi utilizado como meio coercitivo. Se o litígio não gravita em torno de inadimplência do usuário no pagamento da conta (art. 36, II, § 3º, da Lei federal n. 9.987/95), em que cabível a interrupção da prestação do serviço, não há que se cogitar da suspensão do fornecimento de água pelo inadimplemento.

3. Como muito bem pontuado no parecer da Subprocuradoria-Geral da República, "não se cuida de interrupção do fornecimento de água por falta de pagamento no mês corrente, mas de recusa ao fornecimento por débito passado, já consolidado. Portanto, é indevido o corte no fornecimento de água, porquanto a providência autorizada pelo ordenamento jurídico é a cobrança ordinária, razão pela qual desmerece reparos o aresto objurgado." (fl. 785)

4. Entender de modo diferente seria revolver os pressupostos fáticos assentados na instância ordinária, o que é inviável no recurso especial ante o óbice no enunciado 07 da Súmula do STJ.

Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.” (REsp 299523/SP. Ministro Humberto Martins. Segunda Turma. Data do Julgamento: 27/02/2007).

“ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA. INADIMPLENTO. DÉBITOS ANTIGOS E JÁ CONSOLIDADOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. A Lei 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, prevê, nos incisos I e II do § 3º do art. 6º, duas hipóteses em que é legítima sua interrupção, em situação de emergência ou após prévio aviso: (a) por

razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; (b) por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

2. Todavia, quando se tratar de cobrança de débitos antigos e consolidados, essa Corte firmou o entendimento de que é indevida a interrupção de serviço essencial, devendo os mencionados débitos serem cobrados pelas vias ordinárias de cobrança.

3. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 662204/RS. Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI. Primeira Turma. 20/11/2007)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

Des.^a Maria Isabel de Azevedo Souza (PRESIDENTE)

De acordo com o Relator.

DES.^a MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA - Presidente - Apelação Cível nº 70040600736, Comarca de Canoas: "POR MAIORIA, DERAM PROVIMENTO AO APELO, VENCIDO O DES. GENARO JOSÉ BARONI BORGES."

Julgador(a) de 1º Grau: ADRIANA ROSA MOROZINI

Verifica-se que a presente ação para restabelecer o fornecimento de água foi proposta na Comarca de Canoas, sendo que a parte autora confessou o débito existente perante a concessionária.

Pelo Juízo *a quo*, foi julgada procedente a ação, determinando-se o restabelecimento do fornecimento da água.

A concessionária ré, inconformada com a sentença proferida, interpôs recurso de apelação. Alegou a apelante que a dívida deveria ser paga pelo titular responsável do débito pendente, não podendo a concessionária arcar com o prejuízo. Sustentou a possibilidade de interrupção no fornecimento.

O Juízo *ad quem*, por maioria, deu provimento ao recurso, sob a fundamentação de que a atuação da concessionária está amparada legalmente, sendo, portanto, possível a interrupção. Ressalta-se que a decisão não foi unânime.

Percebe-se, assim, que os integrantes da Vigésima Primeira Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Estado, vêm encontrando divergência no julgamento de tais casos.

De igual forma, outras câmaras do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul possuem posicionamentos distintos, conforme colaciono jurisprudência a seguir:

SERVIÇO PÚBLICO. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA. INADIMPLENTO. POSSIBILIDADE. FRUIÇÃO ILIMITADA E COM FINALIDADE INDISCRIMINADA. 1. É lícita a suspensão do serviço de fornecimento de água pelo inadimplemento do usuário. Artigo 6º, § 3º, inciso II, da Lei nº 8.987/95. 2. O Código de Defesa do Consumidor não obriga o fornecimento gratuito do serviço público. Lei nº 8.987/95. Art. 40, inciso V, da Lei nº 11.445/07. Hipótese em que não se discute a fruição do mínimo de água indispensável à sobrevivência, mas de fruição ilimitada e com finalidade indiscriminada pelo usuário. 3. Limitando-se o Ministério Público a requerer a continuidade do fornecimento do serviço público aos menores substituídos independentemente do pagamento, é permitida a suspensão da prestação pelo inadimplemento. Negado seguimento ao recurso. (Agravo de Instrumento Nº 70041090374, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, Julgado em 16/03/2011)

RECURSOS DE APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SUSPENSÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA. ABUSIVIDADE DO CORTE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. MANUTENÇÃO DA PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO. MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. DESCABIMENTO. TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA 54 DO STJ. APELO DA RÉ DESPROVIDO E APELO DOS AUTORES PROVIDO EM PARTE. (Apelação Cível Nº 70029925088, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Corrêa Palmeiro da Fontoura, Julgado em 24/02/2011)

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. CORTE NO FORNECIMENTO DE ÁGUA COMO MEIO DE COAÇÃO AO PAGAMENTO DE DÉBITO ATUAL. PRECEDENTES DO EG. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Mostra-se ilegal, injusto e irrazoável o procedimento da fornecedora de água (CORSAN), por meio do seu preposto, em cortar o fornecimento deste bem essencial em propriedade do recorrente, quando se tratar de débito antigo, porquanto, dispõe a concessionária de meios próprios para efetuar a cobrança. Contudo, na hipótese de débito atual, o entendimento jurisprudencial é pela viabilidade da suspensão do serviço. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. ART. 557, CAPUT, DO CPC. (Apelação Cível Nº 70038246617, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Roberto Lofego Canibal, Julgado em 03/02/2011)

Assim, diante da pesquisa jurisprudencial realizada, perante o nosso Tribunal, depreende-se a divergência existente quanto à possibilidade ou não da suspensão do fornecimento de serviço público essencial.

CONCLUSÃO

Ao falar sobre interrupção do fornecimento da água há que se enfatizar, efetivamente, tratar-se de bem essencial para a sobrevivência dos seres humanos existentes na terra.

Assim, impossível imaginar qualquer espécie de vida neste planeta, sem a existência da água. É só pensar nas coisas simples realizadas durante o nosso dia, desde a necessidade do consumo da água para beber ou para a própria higiene pessoal. Essencial, portanto, para tarefas básicas e manutenção da nossa vida e saúde.

Por outro lado, é um bem que nos é dispensado à título oneroso, ou seja, mediante contraprestação à concessionária que presta o serviço público em nome do Poder Público.

Apesar dos avanços legais, percebe-se que o Código de Defesa do Consumidor pode retroceder diante da vigência e aplicabilidade da Lei n.º 8.987/95, a qual prevê a possibilidade de suspensão do fornecimento da água potável, diante do inadimplemento do usuário/consumidor.

O Código de Defesa do Consumidor veio, justamente, para dar uma resposta mais qualificada aos direitos dos consumidores, delimitando regras de caráter importantíssimo para as relações jurídicas estabelecidas na sociedade, protegendo a parte mais fraca.

Difícil imaginar, depois da edição desta lei, que os avanços ali alcançados sejam abarcados pela Lei n.º 8.987/95, em um verdadeiro retrocesso.

Por conseguinte, o fornecimento da água potável é serviço essencial, indispensável à vida e saúde das pessoas e, desta forma, não pode, de modo algum, ser interrompido como forma de pressionar o usuário/consumidor.

Assim, entendo que a Lei n.º 8.987/95 trata-se de norma infraconstitucional que está ferindo os direitos elencados no Código de Defesa do consumidor, e conseqüentemente, a Constituição Federal, uma vez que o direito de proteção ao consumidor é cláusula pétrea da própria Constituição Federal (art. 5º, inciso XXXII).

Ocorre, entretanto, que as Leis garantem direitos e obrigações, motivo pelo qual, efetivamente, tem a concessionária o direito de receber a contraprestação pelo serviço prestado. De outro lado, possui ela os meios judiciais cabíveis para postular os seus direitos, não se podendo admitir que o usuário/consumidor seja privado de serviço público essencial.

Por fim, a partir da comprovação de usuário/consumidor, efetivamente, hipossuficiente, tem-se como possível solução do caso, a cobrança dos valores do próprio Poder Público, o qual deve ser o garantidor dos direitos previstos na Carta Magna e no Código de Defesa do Consumidor.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando Costa de. A suspensão do fornecimento de serviço público essencial por inadimplemento do consumidor-usuário: argumentos doutrinários e entendimento jurisprudencial. **Revista do Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 62, abr./jun. 2007.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

DENARI, Zelmo. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. _____. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2004

JUSTEN, Monica Spezia. **A noção de serviço público no direito europeu**. São Paulo: Dialética, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

_____. _____. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MOTTA, Karoline. **A suspensão do fornecimento de serviços públicos essenciais por inadimplência do usuário sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/11475/1/A-Suspensao-do-Fornecimento-de-Servicos-Publicos-Essenciais-Por-Inadimplencia-do-Usuario-Sob-a-Otica-do-Codigo-de-Defesa-do-Consumidor/pagina1.html#ixzz1HeEIXaOb>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

NERY, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil anotado.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

SILVA, Rodrigo Alves da. O Código de Defesa do Consumidor e os serviços públicos: a defesa dos usuários de serviço público. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 8, n. 63, 1 mar. 2003. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3830>>. Acesso em: 21 mar. 2011.